

O exercício da cidadania por meio da visibilidade: as representações das minorias nos documentários do coletivo Nigéria, em Fortaleza¹

Francisco Sérgio LIMA DE SOUSA²
Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, CE

Resumo

O artigo é uma reflexão sobre as representações e possibilidades de visibilidade das minorias presentes nos documentários do coletivo Nigéria, em Fortaleza. A metodologia utilizada envolve uma pesquisa documental, análise do discurso dos vídeos e entrevistas com os personagens. Dados coletados indicam que a apresentação da voz das minorias em destaque e a sua participação na elaboração das produções fazem com que estes grupos se aproximem da experiência do exercício da cidadania.

Palavras-chave

Comunicação; minorias; cidadania; movimentos sociais; Internet.

Introdução

O mês de junho de 2013 ficou marcado na história do Brasil como o período no qual foram registradas as maiores manifestações populares no País desde o Fora Collor, em 1992, chegando em dado momento a contabilizar 1 milhão de pessoas. Estes eventos foram largamente acompanhados pela imprensa, e uma dualidade tornou-se bastante evidente: a diferença entre a cobertura realizada pela mídia convencional e aquela feita por mídias alternativas.

Tais protestos tiveram como fortes aliados em sua repercussão as redes sociais, como bem destaca Peruzzo (2013). Essa utilização foi feita não somente pela mídia convencional, como pelos próprios manifestantes e, ainda, por alguns jornalistas reunidos em diversos coletivos pelo País, que cobriram estas manifestações, mostrando ângulos que pouco espaço obtinham nos grandes veículos de comunicação.

O jornalismo alternativo, que tanto repercutiu no Brasil durante o período ditatorial (KUCINSKI, 1991), parecia então ganhar novamente as atenções, desta vez com uma nova

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 07 a 09 de julho de 2016

² Mestrando em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Ceará - UFC, email: sergiolsousa@gmail.com. Trabalho realizado com orientação de Márcia Vidal Nunes, professora do PPGCom - UFC, email: marciavn@hotmail.com

práxis. No plano nacional, os jovens da Mídia Ninja tiveram a maior repercussão, divulgando, em tempo real, por meio das mídias sociais, os acontecimentos nos protestos de junho. Em Fortaleza, o grupo Nigéria seguia passos semelhantes. Acompanhando todos os protestos realizados na capital cearense, misturado aos manifestantes, o coletivo foi construindo suas narrativas, que também eram divulgadas por meio das mídias sociais. Posteriormente, toda a produção audiovisual foi compilada no documentário *Com Vandalismo* (2013), que mostra aqueles eventos pela visão dos grupos que passaram, à época, a serem denominados de “vândalos”. O documentário já superava 240 mil visualizações no Youtube até abril deste ano.

Este posicionamento diferenciado, de buscar ouvir os grupos que pouco alcançam voz na grande mídia, permeia todo o trabalho deste coletivo, o qual inclui documentários e reportagens que tratam dos mais diversos temas, mas sempre tendo como ponto de partida o conflito. E, como vozes em destaque, os grupos subalternos.

O surgimento do Nigéria é bem anterior ao período das manifestações de junho, tendo este sido criado em 2010. Todavia, foi através de sua atuação na cobertura nas chamadas “Jornadas de Junho” que o coletivo ganhou mais visibilidade. O Nigéria é hoje uma produtora de audiovisual que tem como foco principal de suas produções os movimentos sociais e as lutas de grupos subalternizados. Formado atualmente por três jornalistas, Yargo Gurjão, Bruno Xavier e Roger Pires, o coletivo tem claramente definido um posicionamento afinado às lutas sociais em todos os seus trabalhos, como afirma Gurjão: “Nós temos uma independência na escolha de nossos temas. Mas temos como objetivo empoderar os movimentos sociais”.

Outro exemplo desse posicionamento se dá no documentário *Areia Loteada* (2015). Nele, o coletivo narra três diferentes casos de mobilização popular e de enfrentamento e negociação com o Poder Municipal relacionados à moradia, focando exclusivamente no posicionamento dos moradores. Já o documentário *Defensorxs* (2015) - que tem como especificidade ter tido sua produção concluída por meio de *crowdfunding*, isto é, por financiamento coletivo - registra, nas cinco regiões do Brasil, o cotidiano da luta de populações indígenas e LGBT, a ação de defensoras e defensores dos direitos à moradia e à justiça e a resistência de comunidades tradicionais a megaobras do governo.

O mais recente documentário do coletivo, o *Cartas Urbanas* (2016), traz a discussão do direito à cidade, mostrando relatos de moradores de diferentes bairros da periferia de Fortaleza e os problemas enfrentados por estes em suas localidades.

Yargo Gurjão defende que o objetivo das produções do grupo é dar espaço a vozes silenciadas pela grande mídia e relegadas, em seus direitos, pelo Poder Público. Segundo ele, através de reportagens e documentários, intentam criar espaços de visibilidade às minorias e lutar pela democratização da comunicação.

Esta preocupação em dar voz aos grupos subalternos e fazer uma comunicação mais questionadora já se via presente, no Brasil, desde a década de 1970, durante o período do regime militar, por meio da imprensa alternativa (PERUZZO, 2013). Os movimentos populares, aos poucos, foram se apercebendo da importância de investir em comunicação e foram elaborando seus próprios meios de se comunicarem, produzindo programas de rádio comunitários, jornais comunitários, sites, entre outros meios (PERUZZO, 1998).

A busca incessante é por visibilidade. No mundo globalizado, ter visibilidade tornou-se imprescindível aos movimentos, pois, como destaca Lacerda (2002, p. 91): “Na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”. Castells (1999, p. 368) reforça esta discussão afirmando que “tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política”.

Dentro deste contexto, o aparecimento de um coletivo de jornalistas como o Nigéria, que foca suas produções em ouvir vozes silenciadas pela grande mídia e em mostrar a luta de minorias, partindo do olhar delas próprias, torna-se um evento interessante. Pressupõe-se que esta investigação, atualmente em curso, poderá contribuir para a discussão sobre as novas formas de produção midiática e as novas interações entre comunicação e as mobilizações populares.

Deve-se observar também que esta experiência já surge com características próprias de um novo momento na era da informação. O coletivo Nigéria está inserido em um recente rol de mídias não-convencionais que têm lançado mão de instrumentos contemporâneos de comunicação para ganhar espaço e repercussão. O coletivo utiliza as mídias sociais para divulgar suas produções e para, inclusive, alcançar, por meio delas, espaço em meios convencionais, como jornais de grande circulação e até salas de cinema.

Vários documentários do coletivo alcançaram repercussão na grande mídia local e nacional, com notícias e resenhas sendo publicadas em veículos como Correio Braziliense, Revista Piauí, Jornal O Povo e Diário do Nordeste. Já o documentário Defensorxs conseguiu entrar e permanecer na grade de exibição das salas de cinema do Centro Dragão do Mar, em Fortaleza, por várias semanas ao longo de 2015.

Minorias, cidadania e Comunicação

A questão das minorias se destaca na produção do coletivo Nigéria. Sodré (2005, p. 12), defende que “o conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual”. O autor recorre a Kant para reforçar sua definição. Segundo o filósofo alemão, maioria é *Mündigkeit*, que significa a possibilidade de falar. Já minoridade, por sua vez, é *Unmündigkeit*, que está relacionado à impossibilidade da fala. “Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (IDEM, p. 11).

Esta definição parece cabível à pesquisa em andamento, especialmente em virtude do objeto que se apresenta, posto que todo o trabalho desenvolvido pelo coletivo parte do “conflito”, buscando dar espaço a grupos subalternos e questionando o *status quo*. São minorias por terem um discurso minoritário, marginalizado. Sodré reforça sua explicação, destacando que a noção contemporânea de minoria

refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder, aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc. (SODRÉ, 2005, p.11-12).

Discute-se aqui como essas minorias, por meio de sua possibilidade de voz nos documentários do Nigéria, podem alcançar o exercício da cidadania. De acordo com Canclini (2008), “a noção política de cidadania se expande ao incluir direitos de habitação, saúde, educação e apropriação de outros bens em processos de consumo”. Tais direitos são aqueles reivindicados pelos protagonistas dos documentários do Nigéria. Conforme Canclini, a cidadania e os direitos “indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”.

Em outra obra, o autor destaca a importância da mídia dentro desta discussão de direitos:

Uma descoberta que se confirma em diversas pesquisas dos últimos anos é que a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social. Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o *status quo* (CANCLINI, 2002, p. 50).

É exatamente a observação deste fenômeno na grande mídia que dá razão de existir ao coletivo Nigéria. Em um debate após a primeira exibição do documentário *Cartas*

urbanas, em uma sala de cinema central em Fortaleza, uma das personagens do vídeo, presente à sala, disse: “é um desabafo participar do vídeo”. Ela, que é uma das ameaçadas de remoção de sua casa por parte do governo estadual para a construção de um trilho de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), afirmou que havia participado ativamente da produção do audiovisual e se disse contemplada no documentário: “A mídia (convencional) nos procura muito na época das remoções. Nos entrevista, mas, na hora H, não mostra nada do que falamos, só o que favorece ao governo”.

Sabe-se hoje que as tais “balas mágicas” citadas por Wright Mills ainda na década de 1930, na verdade, não existem. Desde a teoria hipodérmica, muito se avançou nas teorias da Comunicação, e traz-se aqui este objeto de estudo à luz de um questionamento de Martín-Barbero (1997). Em vez de, como tanto se fez no passado, perguntar-se o que os meios fazem com as pessoas, o autor questiona: o que as pessoas fazem com os meios? O coletivo, de certa forma, responderia ao questionamento de Martín-Barbero, pois sua existência é fruto de um posicionamento ativo no processo comunicativo. O receptor da mensagem não é somente o indivíduo que a recebe, mas aquele com capacidade de participar do processo de comunicação, empregando ao que foi dito suas próprias interpretações, construídas por meio do complexo espaço de experiências deste indivíduo. “O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Partindo desta visão, podemos afirmar que, ainda que em condição de subalternizados, de minoria, os receptores de mensagens possuem um espaço interior de resistência, permitindo-os rechaçar discursos não reconhecidos por eles. “O receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.228).

Desta forma, as pessoas questionam os meios de comunicação e os discursos apresentados por estes. Esta pesquisa se propõe a se debruçar sobre este papel de protagonista no processo comunicativo dos movimentos populares, das minorias. Não somente como protagonistas na produção de sentido das mensagens midiáticas, como levanta Martín-Barbero, mas na produção de novas mensagens por meio de uma mídia alternativa, que se proponha a lhes permitir voz e visibilidade. Peruzzo (1998, p. 60), recorrendo a Durham, afirma que “os movimentos sociais forjam a cidadania e unificam os interesses e as lutas da população heterogênea”.

[...] Os movimentos ocupam um espaço cujas expectativas e reivindicações os canais vigentes não estavam conseguindo absorver, como aqueles relacionados às necessidades de moradia, de melhorias e de acesso a bens de consumo coletivo, às discriminações raciais e sexuais, às condições gerais de vida. Todavia, no decorrer do processo, também esses vão se fortalecendo como instrumentos de luta dos trabalhadores (PERUZZO, 1998, p.54) .

Conforme Peruzzo, a ocupação de espaços na sociedade de participação política, luta primordial dos movimentos populares, contribui para a construção da cidadania. Não sujeito ao controle governamental ou empresarial direto, surge o coletivo Nigéria como uma comunicação vinculada à prática destes movimentos coletivos, com discursos diferentes aos da grande imprensa. A experiência que se traz aqui como objeto de estudo se encaixa na análise de imprensa alternativa trazida mais recentemente por Peruzzo (2013):

Com o passar do tempo se reinventa, muda o caráter combativo, mas continua se caracterizando como independente de governos e empresas e não se alinhando ao modo de operar dos grandes meios de comunicação, na sua lógica de mercado e como sistema burocrático. Mantém também seu caráter não aderente aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes. Parece não querer derrubar governos, mas exercitar a liberdade de expressão em favor do interesse público. (PERUZZO, 2013, p. 90).

Em uma realidade nacional em que se tem os meios de comunicação convencionais concentrados nas mãos de alguns poucos grupos empresariais, as possibilidades de classes subalternas terem sua voz reverberada começam a se tornar mais palpáveis com a popularização da Internet. Lévy (1999) defende que a internet trouxe o fim da comunicação de “um para muitos” e deu início a uma nova era com a comunicação de “todos para todos”. Essa visão é reforçada por Castells (2013), que chama de “autocomunicação” esse uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital, permitindo essa comunicação de muitos para muitos. A utilização destas possibilidades pelos movimentos sociais permite, segundo o autor, dar uma dimensão bem maior de poder a eles, a ponto de Castells (IDEM, 2013, p. 28) afirmar que os movimentos sociais em rede podem ser os “arautos da mudança social no século XXI”.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p.20).

O coletivo Nigéria, assim como muitas outras experiências alternativas de mídia, utiliza-se destas novas oportunidades para ganhar seu espaço e, assim, criar espaços

de visibilidade às minorias. Ele, todavia, não se caracteriza como um movimento social, mas uma produtora de audiovisual que tem como foco de suas narrativas estes movimentos. A experiência trazida aqui como objeto de estudo amplia a noção do universo de comunicação que, conforme Peruzzo (2013), é maior do que o da grande mídia e traz a ela novos significados e papéis. E, como completa Gomes:

[...] características próprias da Internet a convertem num ambiente de comunicação ideal para vozes que não costumam ser ouvidas no madrigal considerado socialmente relevante. Algumas dessas vozes estão fora do concerto por que pertencem a grupos, classes, povos etc. que são socialmente postos à margem dos fluxos predominantes da comunicação. (GOMES, 2008, p. 312).

Vê-se aqui a importância do papel da internet e das redes sociais na criação de possibilidades de surgimento de coletivos como o Nigéria e, conseqüentemente, de construção de novas narrativas, gerando um possível protagonismo e visibilidade às minorias.

Conclusões

A presente pesquisa encontra-se ainda em elaboração. Dados iniciais, todavia, nos permitem realizar algumas sugestões sobre os resultados dos documentários do coletivo Nigéria. Apesar de os documentários serem produzidos por um grupo externo às comunidades retratadas, ou seja, não é um produto de comunicação comunitário e endógeno, estas comunidades, estas minorias têm um certo poder de intervenção dentro dos resultados do vídeo, algo que ocorre parte pela identificação ideológica dos integrantes do coletivo com a causa retratada, o que tem feito com que estes busquem dar uma maior oportunidade de protagonismo às minorias nas produções, conforme os próprios jornalistas relataram em entrevista preliminar.

O coletivo aponta o desejo de gerar um "empoderamento" das comunidades narradas em suas produções. No debate após o lançamento do documentário *Cartas Urbanas*, personagens do filme presentes na ocasião relataram satisfação em se verem retratados no vídeo de uma maneira que consideraram positiva. Perguntado por este pesquisador se se via representado em sua luta social naquele material audiovisual, um deles afirmou que sim, que se sentia contemplado por ter "participado ativamente" da elaboração do documentário.

Por meio do aprofundamento da pesquisa, espera-se chegar a conclusões mais firmes sobre as formas de representação dos grupos subalternizados dentro das narrativas do Nigéria e avaliar os impactos destes vídeos nas comunidades, observando se a produção

do conteúdo e a visibilidade que este teve contribuiu, de fato, para o exercício da cidadania por parte dos retratados.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002.

_____. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 7.ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2008.

CASTELLS, Manoel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

GOMES, Wilson. Internet e Participação Política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousely C.M. *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LACERDA, Juciano de Sousa. A internet na gestão dos movimentos sociais: estudo de caso das estratégias discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In: COGO, D.; KAPLUN, G.; PERUZZO, C. *Comunicação e movimentos populares: quais redes?* São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2002.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da Cidadania*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?). Revista Matrizes (online), v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

SODRÉ, Muniz Araújo Cabral (2005). Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva; Alexandre Barbalho. (Org.). Comunicação e Cultura das Minorias. 1º ed. São Paulo: Paulus, 2005, v. 1, p. 11-14.